

**Marco Santos**

**“Fath al-Andalus, Os Muçulmanos na Península Ibérica (702-756)”**

**Lisboa: Guerra & Paz, 2022, 215 pp.  
ISBN: 978-989-702-905-9.**

O estudo da conquista muçulmana da Península Ibérica está longe de constituir uma novidade, pois tem sido objecto, desde o século XIX, não só de inúmeras abordagens, como de intensos debates e acaloradas polémicas, sobretudo em Espanha, onde as posições chegaram mesmo a extremar-se em torno de visões antagónicas, mas em qualquer dos casos, distorcidas, a respeito do processo histórico iniciado em 711 com a chegada dos contingentes de Tariq Ibn Ziyad.

Desde a perspectiva catastrofista da conquista muçulmana, acolhida e sustentada pelo regime franquista e pelos sectores católicos da sociedade espanhola e, mais recentemente por sectores islamofóbicos, ultra-nacionalistas e de extrema-direita que, infelizmente, também contaminam algumas franjas da sociedade portuguesa; até aos que defendem uma visão idílica, em alguns casos providencialista, libertadora e pacífica da conquista, tem havido de tudo, inclusivamente aqueles que negam a existência de uma conquista muçulmana da Península Ibérica, uma ideia absurda ou “fraude historiográfica”, como lhe chama Alejandro García-Sanjuan, que assentava, desde logo, na premissa da inexistência, no século VIII, do Islão como um sistema religioso com identidade própria, o qual teria surgido apenas no século IX a partir das cisões, nomeadamente no espaço peninsular, entre cristãos trinitários e unitários. Um perfeito disparate.

É claro que os muçulmanos conquistaram a Península Ibérica, pondo fim ao reino visigodo de Toledo. E é inegável que o fizeram na sequência de uma invasão, conceito que alguns conotam com a visão catastrofista,

<http://www.journal-estrategica.com/>

mas que aqui utilizo – aliás, como o autor – numa perspectiva estritamente militar. Foram exércitos que cruzaram o Estreito, que realizaram campanhas um pouco por todo o território peninsular e que se envolveram, e não foram poucos, em duros episódios de conflitualidade armada, batalhas e cercos – alguns deles bastante demorados –, dos quais resultaram feridos, mortos e muitas, mesmo muitas, cabeças cortadas. Inclusivamente fora dos campos de batalha, houve baixas civis – como lhes chamaríamos hoje –, houve, inevitavelmente, prisioneiros, pilhagens e destruição. Mas esta é uma realidade que não podemos generalizar a todo o processo conquistador. Com efeito, houve também muitas cidades e províncias submetidas através de pactos e de tratados – assim parece ter sido em boa parte daquele que é actualmente território português –, uma solução que, em parte, pode explicar o facto de em muitos locais e até bastante tarde o domínio muçulmano ter sido exercido de um modo meramente formal através do pagamento de tributos e sem a presença de guarnições e/ou de governadores muçulmanos. E independentemente dos diversos matizes de todo este processo iniciado em 711, bem como dos diversos graus de islamização, arabização ou orientalização, não há como negar a importância, a influência e o peso – da cultura à ciência, da arquitectura à agricultura, da arte à tecnologia, passando, claro está, pela língua – da presença muçulmana decorrente da conquista muçulmana da Península Ibérica.

Com esta introdução procurei, acima de tudo, sublinhar a actualidade e a importância do estudo da conquista muçulmana, pelo que novas abordagens, como é o caso deste *Fath al-Andalus*, assentes na releitura rigorosa das fontes e num conjunto muito vasto e actualizado de trabalhos de investigação, são sempre de saudar, muito especialmente quando o tema, que tem sido abordado pela historiografia portuguesa, essencialmente, segundo pontos de vista de âmbito regional e local, é aqui observado numa perspectiva espacial mais ampla. Aliás, este é, segundo creio, o primeiro estudo monográfico escrito por um autor português inteiramente dedicado à conquista muçulmana da Península Ibérica, circunstância que lhe confere um carácter pioneiro.

Por todos os motivos atrás elencados, ou seja, pela relevância do tema e porque este se presta a interpretações distorcidas que é urgente rechaçar e corrigir, esta é uma obra importante.

Dividido em duas partes (“Da Invasão à Conquista” e “O Tempo da Guerra”), cada uma delas com três capítulos, este *Fath al-Andalus*, Os

*Muçulmanos na Península Ibérica (702-756)* – que corresponde, no essencial, à Tese de Mestrado defendida pelo autor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com a orientação científica de Hermenegildo Fernandes e José Manuel Varandas – cobre um arco cronológico compreendido, como se assinala no sub-título, entre 702 e 756. Ou seja, não se cinge aos anos da conquista propriamente dita, mas sim a um período de praticamente meio século que se inicia com a morte do rei visigodo Égica e a subida ao trono de Vitiza, em 702, e que encerra com a chegada à península de um dos últimos sobreviventes da dinastia omíada, Abd al-Rahman, cognominado *O Emigrado (al-Dakhl)*, proclamado, em 756, como primeiro emir do al-Andalus.

Na primeira parte da obra, mas antes de entrar no seu objecto principal de estudo, o autor fornece-nos (páginas 25 a 36), quase que em jeito de introdução, uma panorâmica sobre o modo de fazer a guerra nos séculos VII e VIII. E fá-lo através da análise de três realidades distintas: Bizâncio, o Império Sassânida e o reino Merovíngio, as quais demonstra terem sido decisivas na formação dos sistemas de combates, no armamento e na organização militar, por um lado, dos Visigodos e, por outro, dos exércitos muçulmanos, ou seja, das forças que se defrontaram em 711.

De seguida e já com o foco na Península Ibérica e no Norte de África, Marco Santos traça (páginas 37 a 54) uma retrospectiva de âmbito político-militar dos anos que antecederam a invasão muçulmana, conduzindo-nos numa breve viagem que nos leva, por um lado ao reino visigodo de Toledo e, por outro, aos teatros de operações da Península Arábica, do Médio oriente e do Norte de África, isto é, às geografias da fulgurante expansão muçulmana.

No terceiro capítulo desta Primeira Parte (páginas 55 a 77), somos convidados a compreender os antecedentes imediatos da expedição de Tariq, nomeadamente a incursão exploratória de 710, conduzida por Tariq, o papel do chamado conde Julião – figura controversa e ainda de difícil identificação –; já do lado norte do Estreito, o autor leva-nos então a observar atentamente a guerra civil que assolou o reino visigodo após a morte do rei Witiza, pano de fundo e, segundo alguns, a razão da chegada das forças muçulmanas, cujo desembarque encerra este capítulo e, também, a primeira parte do livro.

A segunda parte, intitulada “O Tempo da Guerra”, inicia-se com a análise (páginas 81 a 102) dos exércitos que se defrontaram na batalha de Wadi Lakka (ou se preferirem, de Guadalete), capítulo onde se perce-

be a facilidade com que Marco Santos se move nos complexos meandros da História Militar Medieval. Assim, é-nos dada a conhecer – com todas as limitações impostas pelo carácter lacónico das fontes – a composição dos exércitos em confronto (o muçulmano e o visigodo), qual a cadeia de comando que enquadrava os efectivos de um e do outro lado, as armas com que combatiam e de que forma se equipavam. Na posse destas informações, somos então conduzidos ao campo de batalha, um local ainda objecto de inúmeros debates e interrogações, mas que o autor situa, e bem, na nossa perspectiva, seguindo uma proposta de José Soto Chica – a quem recorre com frequência –, nas imediações da baía de Algeciras, ou seja, não muito longe do local onde as forças de Tariq Ibn Ziyad haviam desembarcado, alguns dias antes. Mais arriscada é a reconstituição da batalha propriamente dita, já que as fontes são praticamente silenciosas a esse respeito. Contudo, alicerçado nos seus conhecimentos a respeito da forma como ambos os contendores habitualmente se organizavam em combate, Marco Santos avança também com uma proposta bastante verossímil a respeito dos principais momentos do prélio, vertidos não só numa descrição clara, como num esquema táctico (página 99) de grande interesse e de fácil compreensão.

O capítulo 2 da segunda parte deste livro (páginas 103 a 125), centra-se no período de aproximadamente dois anos subsequente à vitória muçulmana na batalha de Wadi Lakka, ou seja, nos principais episódios militares ocorridos depois desse enfrentamento decisivo e através dos quais foi possível às forças invasoras, reforçadas em 712 com a chegada do exército do governador do Norte de África, Musa Ibn Nusayr, assegurar o controlo de praticamente toda a Península Ibérica. São aqui analisados, entre outros acontecimentos, a batalha e cerco de Écija, a conquista de Toledo (capital do reino visigodo), e de Mérida, a reconquista de Sevilha (que entretanto se tinha revoltado contra o domínio muçulmano), a longa campanha conduzida no norte de Península e o chamado pacto de Tudmir, exemplo dos acordos efectuados entre os conquistadores e os líderes regionais e locais visigodos, através dos quais estes se mantiveram em funções como contrapartida pela sua submissão e conversão ao Islão.

O terceiro capítulo desta segunda parte (páginas 126 a 150) remete-nos para as campanhas militares conduzidas durante o chamado período dos governadores, ou seja, ao longo dos anos de 714 a 755, quando o al-Andalus foi administrado por representantes do wali da Ifríquia. Trata-se de campanhas que, como o próprio autor bem assinala, tive-

ram, acima de tudo, o objectivo de consolidar o domínio muçulmano na Península – assinale-se que remontam aos primeiros anos desta fase as principais campanhas ocorridas no actual território português –, mas também de expandi-lo para além dos Pireneus, não só para regiões ainda controladas pelo que restava do poder visigodo, como em direcção ao reino franco, mas onde aqueles governadores, sobretudo depois do desaire sofrido em Poitiers, em 732, pouco conseguiram em termos de ganhos territoriais.

Ainda que a conquista da Península se tenha processado de uma forma relativamente rápida e, depois de Wadi Lakka e de Écija, sem grandes dificuldades, o primeiro grande desafio ao poder muçulmano acabou por vir do seio do seu próprio exército, isto é, dos contingentes berberes que, em 740-741, se revoltaram, tanto na Península, quanto no Magrebe e praticamente em simultâneo, contra a liderança árabe. Foi isso que conduziu, como bem demonstra Marco Santos ainda neste terceiro capítulo, à chegada dos exércitos sírios que, depois de sofrerem pesadas derrotas às mãos dos rebeldes do Norte de África, contra os quais tinham sido enviados pelo califa Hisham, acabaram por ser trazidos para a península, onde, agora com sucesso e com contornos de grande violência, sufocaram a revolta berbere.

Este capítulo, o último da segunda parte, encerra com a análise dos conflitos entre Modaritas e Iemenitas, os dois principais grupos étnico-políticos árabes, pelo controlo do governo do al-Andalus – designação que surge pela primeira vez em 717-718, em moedas cunhadas durante o governo de al-Hurr –, conflitos esses que facilitaram a tomada do poder pelo recém-chegado Abd al-Rahman que, em 756, se converteu no primeiro emir do al-Andalus, cortando as ligações ao trono califal sediado em Damasco e do qual os seus familiares Omíadas haviam sido destronados pelos Abássidas.

Encerrada a segunda parte da obra e, em rigor, o estudo do processo de conquista muçulmana da Península Ibérica seguem-se as considerações finais, onde o autor expõe, em jeito de síntese, mas sem pressas (páginas 151-161), aquelas que constituem as principais linhas de força deste seu estudo, chamando a atenção para aspectos como o foco eminentemente militar da sua abordagem, a existência de dois momentos distintos (a investida de Tarik e a chegada das tropas de Musa, ou seja, os momentos da invasão e da conquista), a importância decisiva dos episódios de Waddi Lakka e de Écija, as grandes diferenças entre os mode-

los de combate muçulmano e visigodo, ou o papel desempenhado pelos pactos de submissão, entre outros aspectos analisados ao longo do seu trabalho. Contudo, o livro não termina aqui.

Ao contrário do que é comum, é no final da obra – e não no início –, que encontramos o chamado “Estado da Arte” (páginas 162 a 184), no qual Marco Santos efectua uma análise detalhada daqueles que são, no seu ponto de vista, os principais estudos acerca do tema da conquista muçulmana da Península Ibérica, desde o trabalho pioneiro, mas polémico, de Eduardo Saavedra, de 1892, até trabalhos mais recentes de autores como Roger Collins, Luis García Moreno, Eduardo Manzano, Pedro Chalmeta e José Soto Chica, passando, claro está, por obras clássicas como as de Evariste Leví-Provençal, Claudio Sanchez Albornoz ou Reinhart Dozy, sem esquecer os contributos para o tema trazidos entre os historiadores portugueses, por António Borges Coelho, Cláudio Torres e Santiago Macias, entre outros.

Seguidamente, o autor dá-nos a conhecer as principais fontes que utilizou no seu trabalho, com particular destaque para as que mais informações fornecem, ou seja, as crónicas muçulmanas produzidas entre os séculos IX e XIV por autores como Ibn Habib e Abd al-Hakam (no século IX), al-Tabari, Ahmad al-Razi (o célebre Mouro Rasis) e Ibn al-Qutiyya (no século X), Ibn al-Athir (no século XIII), Ibn Idari e Ibn Kaldun (no século XIV), ou as obras anónimas *Ajbar Machmua*, *Fath al-Andalus* e *Dikr Bilad al-Andalus*. Mais lacónicas e em menor número, as fontes latinas foram também de grande importância para a elaboração do estudo de Marco Santos, em particular a *Crónica Moçárabe de 754*, aquela que se situa cronologicamente mais próxima dos acontecimentos, e o hino litúrgico *Tempore Belli*, uma fonte riquíssima mas até agora pouco explorada, mas também as duas versões da *Crónica de Afonso III*, e ainda, embora de forma residual, a *Crónica Albeldense*, para além de outras, já mais tardias como o *De Rebus Hispaniae* e o *Chronicon Mundi*, ambas do século XIII.

Ainda que com um peso muito menor, o autor recorreu ainda a algumas fontes arqueológicas – ou melhor, a estudos sobre essas fontes –, designadamente a selos de chumbo, moedas e peças de armamento, as quais utilizou com grande proveito.

A obra encerra com um utilíssimo glossário (páginas 185-192) com mais de 100 entradas, e com a inevitável lista de fontes e bibliografia utilizadas.

Para terminar, resta-me reforçar a ideia de que estamos perante um trabalho de enorme qualidade e rigor científico, escrito de uma forma clara e simples, mas simultaneamente rigorosa e muito bem alicerçado no testemunho das fontes, exploradas quase até à exaustão. Este é um livro que se destina a um público vasto e diversificado, desde o leitor comum ao simples apaixonado pela História, dos docentes e estudantes aos especialistas e investigadores e que para além de nos apresentar, pela primeira vez num estudo monográfico escrito por um historiador português, um trabalho de síntese dedicado à conquista muçulmana da Península Ibérica, introduz dados e interpretações inovadoras, problematiza, coloca questões pertinentes e lança pistas e novos rumos de abordagem, motivos mais que suficientes para que rapidamente se converta numa obra de referência para futuros estudos sobre a Guerra na Alta Idade Média e sobre a presença muçulmana na Península Ibérica.

*Miguel Gomes Martins*  
(Instituto de Estudos Medievais – FCSH-NOVA)